

Interdependência na figuração família - escola na inclusão do estudante com deficiência¹

Interdependence in family-school figuration in the inclusion of the student with disabilities

*Edson Pantaleão**

*Núbia Rosetti Nascimento Gomes***

*Elaine Carvalho****

RESUMO:

Este artigo é resultado parcial de um estudo comparado internacional entre as realidades educacionais de municípios brasileiros e mexicanos. Como metodologia de pesquisa, optou-se pelo tipo etnográfico e, como técnicas, foram utilizados questionários, a dinâmica dos grupos focais e a análise documental. Constituíram sujeitos da pesquisa os pais/familiares de estudantes com deficiência matriculados no ensino comum e também os profissionais que atuam nas Secretarias de Educação e nas escolas. A investigação pautou-se nos pressupostos da Sociologia Figuracional, elaborada por Norbert Elias. Diante desse contexto, trazemos, neste texto, os dilemas e perspectivas na relação família e escola, retratados por meio das falas dos investigados nos momentos dos grupos focais, especificamente no município de Vitória-ES. Concluímos que, de maneira geral, as falas convergem para a valorização dessa relação. Percebemos também que não podemos analisar as figurações família-escola como grupos isolados, mas com base na compreensão sobre as interdependências que se vão estabelecendo. Portanto, a superação da exclusão escolar pode ser construída atrelada às transformações dessas relações e da sociedade.

Palavras-chave: Figuração família-escola. Educação Especial. Inclusão Escolar. Estudante com Deficiência. Norbert Elias.

ABSTRACT:

This paper shows partial results of an international comparative study between educational realities of Brazilian and Mexican municipalities. As for the research methodology, we used the ethnographic proposal and some strategies such as questionnaires, focus groups and document analysis. The research subjects were parents and/or families of students with disabilities enrolled in the regular education system, and professionals working in the regional departments of education and schools. This study was based on Figurational Sociology developed by Norbert Elias. In this text, we discuss the dilemmas and perspectives of the relationship between family and school, according to the subjects who were in focus group, specifically in Vitória-ES. We conclude that, in general, the participants value this relationship. We also realize that we cannot analyze the family-school figurations as isolated groups, but based on the understanding of the interdependencies that are being established. Therefore, in order to overcome the school exclusion is necessary to change these relationships and society.

Keywords: Figuration family-school. Special education. School Inclusion. Student with Disabilities. Norbert Elias.

¹ Este texto constitui parte dos resultados do projeto de pesquisa “Políticas de acesso e de permanência de pessoas com deficiência no ensino comum: um estudo comparado de sistemas educativos brasileiros e mexicanos”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

* Docente no Departamento de Educação, Política e Sociedade. Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: edpantaleao@hotmail.com

** Mestranda em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. E-mail: nrosetti80@hotmail.com

*** Mestranda em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. E-mail: 1976carvalhoaaa@gmail.com

Introdução

Esse artigo faz parte da pesquisa intitulada “Políticas de acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino comum: um estudo comparado de sistemas educativos brasileiros e mexicanos”. Dois grupos de pesquisadores, um brasileiro e um mexicano, utilizaram instrumentos e procedimentos de investigação comuns na coleta de dados. Tiveram por objetivo analisar a processualidade das políticas de acesso e de permanência de pessoas com deficiência no ensino comum em três municípios brasileiros: Vitória-ES, Vila Velha-ES e São Mateus-ES e em um município mexicano, Xalapa/VC.

Tal pesquisa é de natureza etnográfica e, segundo André, esse tipo de pesquisa se caracteriza pela busca do pesquisador em “[...] apreender e retratar a visão pessoal do participante” (1995, p. 29). Para tanto foram utilizados diversos instrumentos de recolha de dados, a saber: análise documental, questionários e grupos focais.

A análise documental teve por objetivos mapear e analisar as legislações que versam sobre a inclusão escolar, sistematizar e analisar dados relativos ao número de estudantes com deficiência, identificar e analisar documentos que abordam o financiamento da educação especial, identificar e analisar a existência de políticas articuladas e caracterizar a estruturação e organização dos setores da Educação Especial.

Além disso, foi utilizada a aplicação de questionários para maior detalhamento das informações coletadas e também para a obtenção de dados sobre a oferta de espaços e de serviços de apoio à escolarização de estudantes com deficiência, observando-se o número de estudantes atendidos. Por fim, foi aplicada a dinâmica de grupo focal, que se organizou em torno dos seguintes objetivos: analisar a concepção de gestão e as ações implementadas pelos setores de Educação Especial, refletir sobre a existência de ações articuladas entre os setores públicos, compreender como se estabelecem as inter-relações dos pais com os profissionais que atuam nos serviços de apoio e, por último, identificar e analisar as concepções de Estado, de deficiência e de escolarização voltadas para a inclusão.

O trabalho com os grupos focais permite compreender processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes. Gatti (2005) afirma:

O grupo tem uma sinergia própria, que faz emergir ideias diferentes das opiniões particulares. Há uma reelaboração de questões que é própria do trabalho particular do grupo mediante as trocas, os reassuramentos mútuos, os consensos, os dissensos, e que trazem luz sobre aspectos não detectáveis ou não reveláveis em outras condições (GATTI, 2005, p. 14).

Assim, essa é uma técnica importante para o conhecimento das representações, percepções, crenças, hábitos, valores, restrições, preconceitos, linguagens e simbologias prevalentes no trato de uma dada questão por pessoas

que partilham alguns traços em comum, relevantes para o estudo do problema visado. Desse modo, temos a perspectiva de que o grupo focal provoca uma dinamicidade própria, que pode contribuir com as manifestações e expressões do grupo, de suas crenças, hábitos e representações, mediante as trocas, os consensos e dissensos.

Portanto, nessa perspectiva, analisaremos as falas dos participantes do grupo focal visando compreender como se desenham as inter-relações dos pais com os profissionais que atuam nos serviços de apoio à escolarização de estudantes com deficiência. Sendo assim, as questões contidas neste texto se organizam em torno da temática relação família e escola. De forma específica, ocupamo-nos em identificar e refletir, à luz da teoria elaborada por Norbert Elias, sobre os dilemas e perspectivas na relação família e escola no contexto indicado. Partindo desse propósito, estudamos aspectos das falas dos participantes do grupo focal, organizados em espaços previamente estabelecidos pelos coordenadores da pesquisa.

Para este artigo, centralizaremos nossa análise nas falas produzidas durante o grupo focal no município de Vitória-ES, onde foram realizados dois encontros em maio de 2015, e onde puderam participar os seguintes representantes: pais/familiares de estudantes com deficiência matriculados no ensino comum; professores responsáveis pelo atendimento educacional especializado; técnicos do setor de Educação Especial da Secretaria Municipal; professores regentes; e membros da equipe de gestores da escola (diretor ou pedagogo).

O delineamento dessa problematização emergiu da confluência das indicações evidenciadas na Sociologia Figuracional. Para melhor compreendermos a temática família-escola, buscaremos trabalhar e desenvolver os conceitos eliasianos de “figuração”, interdependência, “poder”, psicogênese e sociogênese e também os termos “estabelecidos e outsiders” referentes à sua obra “Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade” (ELIAS, 2000).

Quando nos remetemos a esses conceitos, é importante considerar que relação eles estabelecem com a temática de nosso texto. Quando falamos em poder, isso tem relação com o fato de que existem grupos de indivíduos que “[...] podem monopolizar aquilo que os outros necessitam, como por exemplo, comida, amor, segurança, conhecimento etc. Portanto, quanto maior as necessidades desses últimos, maior é a proporção de poder que detêm os primeiros” (ELIAS, 1994, p. 53). Assim, podemos observar que a família e a escola são instituições privilegiadas de manifestação de poder, por meio das relações sociais estabelecidas entre elas que, por sua vez, são de interdependências. Do mesmo modo, os indivíduos que ocupam as diversas posições sociais representam, cada um, determinada figuração nesse contexto. Outro aspecto que deve ser ressaltado é que Elias nos apresenta um conceito de figuração em que os seres humanos são compreendidos como unidades autônomas ou independentes, pois cada um dos indivíduos necessita um dos outros, dependentes e ligados reciprocamente, de modo bastante diverso (BRANDÃO, 2000).

No que tange à “sociogênese” e à “psicogênese”, reportamo-nos a esses termos quando nos referimos, por exemplo, às mudanças que ocorrem na estrutura da personalidade humana no processo civilizatório. Essas mudanças trazem novas formas de convívio familiar e escolar, respectivamente. Sendo assim, a sociogênese possui estrita relação com a psicogênese, pois, mediante as mudanças sociais, ocorrem as mudanças psicológicas e vice-versa. Esses conceitos estão intimamente relacionados com a ideia em Elias (1993) de *habitus*, pois, nesse caso, há a compreensão de que as mudanças culturais se dão em razão de sentimentos, como vergonha e repugnância, conduzindo, assim, as mudanças na psicogênese e na sociogênese em uma direção que processualiza a ideia de civilidade.

No que se refere à obra “Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade” (ELIAS, 2000), é possível fazer uma analogia com o que Elias chama de “estabelecidos” e “outsiders” compreendendo esses dois grupos pertencentes a uma mesma comunidade, os quais, por sua vez, estabelecem relações de poder e, conseqüentemente, relações de interdependência. Nesse sentido, a escola e a família também são grupos que pertencem a uma mesma comunidade, ou melhor, apresentada como uma mesma figuração, assim os indivíduos estabelecem relações de poder diversas. Cria-se assim uma rede de interdependência entre os atores sociais daquela localidade, pois, numa teia de relações composta, passam a existir regras determinadas e rígidas.

A relação entre escola e família no contexto do processo civilizador

O “processo civilizador” conceituado por Elias (1993) marca a Idade Média como um momento histórico em que se acentuam as mudanças nos *habitus* das pessoas. Posteriormente, no século XVII, esse processo se acentuou no contexto de consolidação de uma sociedade burguesa e passou a ter a família e a escola como principais instituições responsáveis pela divulgação das novas práticas civilizatórias. Nas palavras de Elias, o conceito de civilização

[...] expressa a autoconsciência do Ocidente. Poderíamos inclusive afirmar: a consciência nacional. Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas ‘mais primitivas’. Com esse termo, a sociedade ocidental procura descrever em que constitui seu caráter especial e tudo aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras (costumes), o desenvolvimento de seu conhecimento científico ou visão de mundo, e muito mais (ELIAS, 2000, p. 5).

Assim, estabeleceu-se o que chamamos de socialização primária, realizada pela família, e socialização secundária, realizada pela escola. Diante dessa perspectiva, a família torna-se a instituição responsável pelas primeiras noções de civilidade nas crianças e a escola é a instituição responsável pelo aprofundamento dos padrões de civilidade nas crianças e adolescentes. A ausência ou fragilidade

dessa instituição podem acarretar uma visão arbitrária de conduta diante da construção de processos sociais que, conseqüentemente, poderá resultar em transgressões das normas e regras desses indivíduos para os atuais padrões de conduta no processo civilizador em curso.

Desde então, existe o modelo tradicional de transmissão de padrões de civilidade entre as gerações, pautado por uma família patriarcal e por uma escola “personalizada” que tem como função o aprofundamento dos padrões de comportamento e a integração em um universo de leis e normas.

Quando falamos em transmissão de padrões de civilidade e sobre as mudanças nos padrões de comportamento durante o processo civilizatório, referimo-nos a diferentes significados que foram sendo atribuídos pela sociedade aos diferentes processos nela ocorridos, por exemplo, os sentimentos de vergonha e repugnância. Elias nos mostra que as mudanças nos costumes não ocorrem aleatoriamente, mas seguem uma direção: o sentimento de vergonha e repugnância, além da existência de uma relação entre a dinâmica psicológica (psicogênese) e a dinâmica social (sociogênese), que vem a ser explicitada nas noções de refinamento e civilização.

Assim, para Brandão (2000), ocorre um entrelaçamento que diz respeito às duas dimensões humanas: as transformações do comportamento humano e das estruturas de personalidade dos indivíduos (a psicogênese) e uma teoria do desenvolvimento social, do desenvolvimento do Estado e das nações (a sociogênese).

A teoria dos processos de civilização proposta por Elias baseia-se na defesa de que, toda e qualquer transformação ocorrida na estrutura da personalidade do ser individual (psicogênese) produz uma série de transformações na estrutura social em que o indivíduo está inserido. Da mesma maneira, as diversas transformações que ocorrem constantemente nas estruturas das sociedades (sociogênese), especialmente nas relações sociais, produzem alterações nas estruturas de personalidades dos seres individuais que a compõem (BRANDÃO, 2000, p. 10-11).

Sendo assim, quando falamos sobre as mudanças ocorridas em meio à psicogênese e à sociogênese, referimo-nos também às transformações que ocorrem por meio da dinâmica das classes sociais. De acordo com Landini (2005), a classe superior cria novos padrões de comportamento a fim de se distanciar das demais classes, porém, com o tempo, esses novos padrões deixam de ser exclusivos de uma única classe e toda a sociedade incorpora os novos *habitus*.

Dessa maneira, a ação educativa, em sua esfera formal e não formal, qualifica-se por meio da construção de formas de ser intelectuais, que, por sua vez, foram estabelecidas por intermédio do convívio e da influência das gerações adultas sobre as gerações que ainda estão em desenvolvimento. Segundo Oliveira e Mendes:

Uma das primeiras práticas docentes realizadas na modernidade foi efetuada por Erasmo de Roterdã (1469-1536), especialmente nas duas obras destinadas à educação do filho de um príncipe. Trata-se de De

Pueris e Civilidade Pueril, nas quais procura ensinar como a criança deve se comportar no convívio social. Essas duas obras, ou manuais, tinham como objetivo mostrar que o comportamento social necessita de polidez, etiqueta e requinte. Outra obra importante desse período é o manual de Giovanni Della Casa (1503-1556), Galateo. Nela, o autor insiste na necessidade de se ter “bons modos” à mesa, nos salões; enfim, deve-se aprender a conviver socialmente. Esses dois autores expressam uma nova exigência histórica, a de que os homens tinham que aprender a se comportar dentro de novas condições sociais. Com efeito, o mundo feudal findara-se e com ele a forma social de comportamento que o expressava. A educação estava voltada, assim, para preparar o indivíduo para a nova sociedade que estava sendo produzida (OLIVEIRA; MENDES, 2007, p. 328).

Quando aludimos a essas gerações que “estão em desenvolvimento”, referimo-nos às crianças e adolescentes. Portanto, de acordo com Elias (1994), o período da infância é o tempo de aprendizagens sociais de caráter geracional, pois são os adultos que ensinam as crianças a se controlarem e a se comportarem conforme o padrão social construído historicamente.

Partindo desses pressupostos a partir desse ponto do texto, vamos analisar alguns trechos citados por participantes do grupo focal em Vitória-ES. No primeiro trecho, trazemos um recorte da fala de um dos pais de uma criança que estuda em uma escola pública da rede municipal de ensino, o qual, ao deparar a dúvida de um professor sobre a qualidade do ensino oferecido à sua filha, enfatiza a necessidade de que os profissionais que atuam com as crianças com deficiência tenham segurança do que está sendo proposto como currículo para o atendimento à sua filha.

A minha filha está dentro de uma instituição dessa. Qual é minha expectativa? Que ela aprenda. É minha filha! É uma criança que tem dificuldade, e que é especial, então, preciso que a escola funcione. E você imagina então quando a gente escuta a fala de um professor que está com dúvidas se aquele currículo atende? Imagine? Eu que tenho uma filha com dificuldades, minha expectativa é de que ela vá aprender.
(FAMÍLIA 1)

Diante do exposto e com apoio na teoria de Elias (1993, 1994, 2000), é possível observarmos aqui um conceito importante que foi construído durante o processo civilizatório, que é o conceito de expectativa. Sabemos que, em muitas situações, a família tem uma concepção idealizada da escola no que se refere às aspirações e expectativas dos sujeitos a um modelo real, existente e preconcebido como hegemônico. Assim, essa relação passa a se consolidar em um imaginário social que foge do real. Diante disso, o exposto por Santos (2007) nos ajuda a compreender melhor essa questão:

Os modelos idealizados de família e de escola, que entraram para o imaginário social a partir de experiências de quarenta ou cinquenta anos atrás, atualmente não se configuram em uma realidade recorrente. Vários fatores contribuíram para estas mudanças e estabelecimento de novos perfis destas instituições, dentre eles: a urbanização da população, que passou a viver em cidades médias e grandes; a demanda reprimida do

mercado imobiliário, que levou ao aumento de residências multifamiliares; a inserção da mulher no mercado de trabalho, em larga escala [...] (SANTOS, 2007, p. 6).

Portanto, hoje deparamos inúmeras transformações econômicas, sociais e culturais que permeiam o modo de vida das pessoas, perpassando pelas diversas figurações, como família e escola. A idealização da família sobre a escola e muitas vezes da escola sobre a família é conduzida por um imaginário de uma escola que não existe em nossa atual conjuntura e de uma família que também não existe mais nos padrões patriarcais. No entanto, persiste a visão de que o professor deve ser bem qualificado para que tenha condições de dar continuidade à educação dos alunos, no que diz respeito aos padrões de civilidade e regras de conduta estabelecidos, idealizando, assim, uma formação completa tanto desse professor quando de uma família que cumpriria com perfeição o seu papel de instituição educadora primária, determinando os primeiros conceitos de civilidade aos seus filhos. Assim, mediante a “noção de expectativa”, pressupõe-se que a relação entre família e escola, em uma relação idealizada, venha a ser o elemento central do processo de socialização e de reprodução do processo de desenvolvimento de civilidade entre gerações.

A fala do familiar acima evidencia que a família atribui à escola uma grande expectativa quando se refere ao desenvolvimento de seu filho: “[...] eu quero que isso ai funcione”. Outro aspecto relevante que podemos destacar nessa fala consiste na expectativa positiva que esse participante guarda do processo de escolarização de seu filho quando confia na escola para que seu filho “aprenda”.

Partindo dos pressupostos eliasianos, identificamos aqui três conceitos centrais das obras de tal autor: as figurações, as relações de poder e a interdependência. Quando nos referimos às figurações, remetemo-nos ao papel que cada indivíduo assume em determinado contexto social. Nesse mesmo contexto, são estabelecidas e/ou construídas relações de poder por meio da interdependência que, por sua vez, consiste no estado de dependência mútua entre duas pessoas.

Assim podemos observar que a situação de expectativa denota uma relação de poder, pois, no momento em que “esperamos algo” do outro, posicionamo-nos de modo dependente, ou seja, precisamos e dependemos da ação de determinada pessoa (ou de determinado tipo de serviço) para alcançar nosso objetivo. Desse modo, a situação de expectativa explica-se na interdependência e nas relações de poder. O conceito de interdependência proposto por Elias se refere ao conceito de sociedade na medida em que este relaciona que cada indivíduo participa de um processo educador (por diversas figurações, não apenas família e escola), desde a sua infância, interligado por diversas figurações e indivíduos interdependentes (BRANDÃO, 2000). Esses indivíduos se relacionam de maneira intencional ou não, de modo que a tarefa da sociologia figuracional é compreender de que maneira, e por quais razões, os homens se unem entre si e formam grupos dinâmicos e específicos em seu conjunto.

Em Elias (2005) toda relação é relação de poder. E, segundo esse mesmo autor, “[...] desde que nasce, a criança tem poder sobre os pais, e não só os pais sobre a criança”. Da mesma forma: “[...] o senhor tem poder sobre o escravo, mas o escravo também tem poder sobre seu senhor” (ELIAS, 2005). E. quando falamos em poder, nos remetemos também ao conceito do que vem a ser a exclusão como um processo social. Em seu livro “Os estabelecidos e os outsiders”, Norbert Elias (2000), usando uma pequena comunidade como foco de investigação, explora, com detalhes, o que chama a “sociodinâmica da estigmatização”, ou seja, realiza uma análise no que diz respeito ao problema da exclusão, enfatizando as relações interdependentes estabelecidas entre os indivíduos dos diferentes grupos (ou sociedades). Essas relações definem diferentes configurações sociais que são entendidas como relações de poder. Em Winston Parva,

[...] era graças a seu maior potencial de coesão, assim como à ativação deste pelo controle social, que os antigos residentes conseguiam reservar para as pessoas de seu tipo os cargos importantes das organizações locais, como o conselho, a escola ou o clube, e deles excluir firmemente os moradores da outra área, aos quais como grupo, faltava coesão. Assim, a exclusão e a estigmatização dos outsiders pelo grupo estabelecido eram armas poderosas para que este último preservasse sua identidade e afirmasse sua superioridade, mantendo os outros firmemente em seu lugar (ELIAS, 2000, p. 22).

O poder, de acordo com Elias (1994, p. 53), tem relação direta com os grupos ou indivíduos que “[...] podem reter ou monopolizar aquilo que outros necessitam como, por exemplo, a comida, amor, seguranças, conhecimento etc. Portanto, quanto maior as necessidades desses últimos, maior é a proporção de poder que detém os primeiros”.

Outro conceito construído com base no processo civilizatório consiste nos modos de participação da família no processo de escolarização de seus filhos, quando a participante questiona a proposta curricular que será oferecida a seu filho. A participação apresenta um fator positivo, que é a consciência da importância do coletivo, ou seja, entende-se que as ações de um grupo surtem mais efeito que as de uma pessoa isolada.

A importância das práticas participativas no contexto escolar é um aspecto de grande relevância, uma vez que a existência dessa relação vem a constituir um aspecto e uma exigência das novas formas de relações sociais. Segundo Gohn (2001), a ideia de participação é entendida como uma cultura que se preze por dividir as responsabilidades na construção coletiva de um processo. Ele complementa dizendo que

[...] a participação envolve também lutas pela divisão das responsabilidades dentro do governo. Essas lutas possuem várias frentes, tais como a constituição de uma linguagem democrática não excludente nos espaços participativos criados ou existentes, o acesso dos cidadãos a todo tipo de informação que lhe diga respeito e o estímulo à criação e desenvolvimento de meios democráticos de comunicação (GOHN, 2001, p. 19).

Sabemos que as práticas participativas, de certa forma, denotam um conteúdo político de disputa e poder. Nesse processo, cada indivíduo pode vir a aprender sua realidade e suas condições dentro de determinado contexto. Areladas ao fenômeno do processo civilizador, as práticas participativas podem ser compreendidas como uma forma de exercício de poder considerando que, no momento em que o indivíduo participa de determinada situação, ele se apropria de determinados conhecimentos até então desconhecidos. Considerando que os discursos atuais sobre cidadania e sobre a importância de os sujeitos participarem de forma ativa das decisões se fazem presentes em diversos contextos sociais, e a participação vem a ser um elemento de suma importância na construção de uma sociedade democrática.

Todas essas colocações nos levam a conceitos importantes da obra de Norbert Elias, tais como figuração, poder e interdependência. Sendo a família a primeira instituição responsável pela educação da criança, propomos aqui a análise de mais algumas falas dos familiares, tendo os pressupostos eliasianos por embasamento teórico. Com base na análise dessas falas, identificamos alguns desses conceitos. Dessa maneira, a relação estabelecida entre escola e família também é retratada nas falas que se seguem:

Meu filho é autista e eu quero que ele aprenda, o que nós cobramos mais da escola ano passado foi que ele aprendesse, [...] e eu falei com os professores: meu filho saiu com o caderno limpo ano passado, e ele não vai sair este ano, ele vem para escola para aprender, ele não vem para escola para passear, para brincar, pra ficar correndo no pátio, ele não vem aqui para ser um número para prefeitura, ele vem para aprender e eu quero que ele aprenda entendeu? **(FAMÍLIA 2)**

Quando não há esse diálogo com a escola e com a família [...] não que a criança não vá aprender! Ela vai aprender tudo, mas como que eu vou trabalhar essas aprendizagens que a gente está falando? leitura, aprender a ler, escrever e contar que é o grande objetivo da escola. **(FAMÍLIA 3)**

Novamente identificamos que, devido a fatores construídos histórica e culturalmente, a família atribui maior responsabilidade pela inserção no universo das normas de civilidade à escola. Analisando o trecho acima, podemos refletir se, somente no espaço escolar, a criança autista tem possibilidades de aprender e se o “caderno limpo” realmente reflete a não aprendizagem dessa criança. Esses aspectos tornam-se extremamente importantes quando analisamos as práticas docentes destinadas a tais crianças e, conseqüentemente, quando analisamos a relação entre família e escola.

Ainda no que tange aos conceitos de figuração, poder e interdependência, é possível observar que, nos contextos que envolvem a dinâmica escolar (e em vários outros), eles se fazem presentes de um modo ou de outro. Sendo assim, é essencial que se entenda como se estabelecem as relações entre esses termos. Assim, tentamos elucidar da seguinte forma: em determinado contexto social, em que os indivíduos são interdependentes, eles assumem figurações específicas que, por sua

vez, determinam as relações de poder que existirão em determinado espaço. As relações de poder envolvem mudanças nos aspectos das relações sociais que, por seu turno, estão sempre imersas em teias de interdependências.

Outra familiar participante do grupo focal relata que, muitas vezes, a própria escola não conhece o aluno que vai receber, ou seja, não entende determinada deficiência e, assim, podem ocorrer dificuldades. Desse modo, chama a atenção para a importância de que a equipe escolar entenda a situação do aluno: “Eu acho que falta é o conhecimento do aluno [...] sobre do aluno que vai ser recebido. Você cria laços com aquilo que você conhece, com a deficiência que você conhece, com aquilo que você conhece” **(FAMÍLIA 4)**.

Nesse cenário deparamos vários indivíduos envolvidos na dinâmica escolar, tais como alunos, professores, pais e gestores, cada um ocupando seu devido lugar na sociedade. Segundo Elias (2001), os seres humanos singulares se transformam nas figurações enquanto transformam as figurações que eles constituem. Desse modo, ações e autores, indivíduo e sociedade são indissociáveis. Nesse sentido, fica claro o conceito de figuração que pode tornar-se um padrão mutável criado na relação entre indivíduo e sociedade.

Outro aspecto importante identificado nessa fala diz respeito às emoções. Quando a participante relata que “[...] cria laços com aquilo que você conhece” **(FAMÍLIA 4)**, ela nos traz uma informação sobre a nova figuração psicológica dos homens que surge com o processo civilizador. Nesse sentido, Norbert Elias (1993) fala sobre o controle dos sentimentos individuais nas mudanças psíquicas observáveis no curso da história ocidental e, conseqüentemente, o “processo psíquico civilizador”.

Quando nos referimos aos aspectos psíquicos dessas relações, remetemo-nos especificamente ao que Elias chama de psicogênese e sociogênese. Brandão (2000), ao discutir sobre a temática da psicogênese e o controle das emoções no contexto do processo de civilização, afirma que Elias tem por objetivo estudar a formação e as alterações da estrutura psicológica individual no percurso do processo civilizador (BRANDÃO, 2000). Na perspectiva eliasiana sobre os sentimentos e as emoções, analisamos a fala de outra participante:

Por que a tendência é a gente olhar e dizer assim: não, ela é especial! Outro dia aconteceu um fato interessante: eu virei pra ela e disse: ó você tá dormindo tarde, você tem problema pra acordar. E ela responde: Eu não tenho problema mãe, eu já falei com você que eu não tenho problema. Ai eu fui pesquisar porque que ela tava falando isso, porque com certeza em algum local que ela estava alguém falou assim. **(FAMÍLIA 1)**

Nesse sentido, é possível observar que a criança também apresenta um conceito sobre deficiência que, por sua vez, foi construído socialmente. Assim, Norbert Elias ressalta que as diversas transformações que ocorrem constantemente nas estruturas das sociedades (sociogênese), especialmente nas relações sociais, produzem alterações nas estruturas de personalidades dos seres individuais que as compõem, produzindo diferentes estruturas psíquicas.

Na perspectiva apresentada por Elias (1998) da sociologia dos processos, as emoções humanas deveriam ser abordadas em dois aspectos: o primeiro refere-se a características das emoções compartilhadas com espécies não humanas; o segundo, a características das emoções especificamente humanas.

Nesse mesmo sentido de análise sobre as falas, outro participante relata sua angústia pelo fato de sua filha ter que ir de fralda para a escola e sobre a necessidade de que a escola ensine “ao menos” a criança a utilizar o banheiro convencionalmente, conforme conferimos a seguir:

E outro ponto que eu quero colocar, que é muito específico do meu, porque eu quero que, né? Nesse lance de, o que que eu quero? Minha filha não pode ter que ir de fralda pra escola. Ela tem 09 anos eu não admito que ela vá de fralda pra escola, ela tem que aprender a pelo menos isso.
(FAMÍLIA 5)

Nessa fala, o participante demonstra certa angústia sobre o fato de sua filha ter que ir de fralda para escola e isso nos remete aos sentimentos, tão discutidos por Elias (1994), que afirma:

[...] o controle mais rigoroso de impulsos e emoções é inicialmente imposto por elementos da alta categoria social aos seus inferiores ou, no máximo, aos seus socialmente iguais. Só relativamente mais tarde, quando a classe burguesa, compreendendo um maior número de pares sociais, torna-se a classe superior, governante, é que a família vem a ser a única –ou, para ser mais exata, a principal e dominante- instituição com a função de instilar controle de impulsos. Só então a dependência social da criança face aos pais torna-se particularmente importante como alavanca para a regulação e moldagem socialmente requeridas dos impulsos e das emoções (ELIAS, 1994, p. 142).

Sendo assim, é possível observar certa angústia do participante, ao falar que não aceita que a filha frequente a escola fazendo uso de fraldas. Daí dizer que a escola precisa ensinar “ao menos isso”. Esse sentimento é gerado devido a mudanças de comportamento que determinam as condutas humanas e à crença de que a escola é o local específico pra que ocorra a modelação do comportamento.

As transformações da sociedade à luz de Norbert Elias

Outro aspecto evidenciado nas falas dos participantes relacionado ao processo civilizador consiste na divisão do trabalho que, conseqüentemente, leva à existência de funções sociais específicas. À medida que a sociedade se diferenciava, aumentava o número de funções sociais e o grau de dependência entre as pessoas, fazendo com que estas, cada vez mais, pautassem a conduta e o *habitus* nas relações entre umas e outras. A interdependência entre as classes sociais e os indivíduos dá margem a maior divisão de funções. Podemos evidenciar esse fato na fala a seguir:

Eu levo o relatório médico e digo: Ó a novidade tá aqui. Tanto é que no início do ano eu encontrei com a professora, e disse: olha professora o relatório novo da Isabela está aqui. Então, vocês tem uma facilidade de

acompanhar os avanços dela. Então, por que que não é feito isso?
(FAMÍLIA 1)

Nesse sentido, Elias (1994) nos ajuda a pensar por meio da seguinte afirmativa:

Tanto o tipo como o grau de controle correspondem à posição social da pessoa que os impõe, em relação à posição daqueles em cuja companhia está. Isso muda lentamente, à medida que as pessoas se aproximam mais socialmente e se torna menos rígido o caráter hierárquico da sociedade. Aumentando a interdependência com a elevação da divisão do trabalho, todos se tornam cada vez mais dependentes dos demais, os de alta categoria social dos socialmente inferiores e mais fracos (ELIAS, 1994, p. 143).

Identificamos aqui uma característica que somente uma sociedade tida como “civilizada” pode ter: o controle efetuado por outras pessoas (no caso o médico) e, assim, maior interdependência representada aqui tanto pelos familiares e escola quanto pela relação com o médico (responsável pelo laudo apresentado) evidenciando a relação de poder estabelecida entre família e escola, família e médico e também entre escola e médico. No momento em que tanto a família como a escola dependem ou tomam suas atitudes baseadas no laudo médico, isso, por sua vez, passa a configurar-se como um “instrumento de dominação”, que logicamente representa poder no contexto social em que ambos estão envolvidos. Nesse sentido, Elias corrobora dizendo:

Mostramos como o controle efetuado através de terceiras pessoas é convertido, de vários aspectos, em autocontrole, que as atividades humanas mais animais são progressivamente excluídas do palco da vida comum e investidas de sentimentos de vergonha, que a regulação de toda a vida instintiva e afetiva por um firme autocontrole se torna cada vez mais estável, uniforme e generalizada. Isso tudo certamente não resulta de uma idéia central concebida há séculos por pessoas isoladas, e depois implantada em sucessivas gerações como finalidade da ação e do estado desejados, até se concretizar por inteiro nos séculos de progresso. Ainda assim, embora não fosse planejada e intencional, essa transformação não constitui uma mera sequência de mudanças caóticas e não estruturadas (ELIAS, 1993, p. 193-194).

Essa interdependência entre os indivíduos se fortalece à medida que há um aumento das divisões das funções sociais. Trata-se de um fenômeno pertinente ao processo civilizatório. Assim, conforme a fala da Família 1, observamos a importância depositada no laudo médico, o qual se torna o documento que vai conduzir muitas das práticas a serem propostas e aplicadas a essa criança no contexto escolar. Portanto, o papel do médico ganha uma importância exacerbada, muitas vezes determinando posturas docentes e também comportamentos dos familiares da própria criança a respeito de determinar as limitações do indivíduo com deficiência. Notamos aqui um “entrelaçamento social” orientado por uma relação de poder estabelecida culturalmente pela própria sociedade civilizada, na qual o médico tem ocupado um lugar de grande exercício do poder.

O contexto histórico, oriundo das transformações geradas, alterou a visão dos sujeitos sobre o mundo e sobre si mesmos, modificando as relações sociais. Podemos ver esse fato retratado na fala a seguir: “Antigamente a gente ia para escola para estudar e aprender. Hoje em dia as coisas são mais leves, assim [...] não sei o que aconteceu, não sei se é porque é obrigação da escola, ou porque bate de frente, os pais [...]” **(FAMÍLIA 3)**.

Diante dessa fala, observamos que o participante nos traz a informação sobre uma transformação social ocorrida ao longo do tempo. Nesse sentido, Elias afirma que o processo civilizatório traz mudanças na sociedade e nas alterações ocorridas nas estruturas de personalidade dos indivíduos que a formam. O mesmo participante diz:

Eu não enfrentava professor, eu não fazia confrontos e eu sentia os professores bem mais comprometidos. Eu falo porque sou mãe, tenho filho pequeno na escola e eu sei o comprometimento de cada professor, tem professor que é bom, tem professor que é mais ou menos, e tem professor que não quer saber de nada com nada **(FAMÍLIA 3)**.

Diante dessa fala, observamos que as mudanças ocorridas através do tempo causaram mudanças no comportamento dos indivíduos que, nesse caso, são representados pelos professores. As mudanças ocorridas na sociedade fazem parte do processo civilizador, ou seja, o somatório dessas transformações permitiu a constituição da atual civilização. Desse modo, compreendemos que as relações sociais são elaboradas para e pelos homens e visam atender às demandas do momento histórico em que estão vivendo. Essas transformações geram mudanças nas figurações existentes. Estas, por sua natureza múltipla e interdependente, acabam por constituir um poder coercitivo sobre os indivíduos que a constituem.

Considerações finais

Reconhecemos que a temática ainda possui muitas lacunas que poderão ser preenchidas durante o desenvolvimento da pesquisa, contudo esperamos ter esclarecido alguns aspectos relevantes referentes ao assunto proposto. Procuramos, assim, trazer os princípios básicos da sociologia figuracional no que tange à relação entre família e escola. Para isso consideramos que a família vem a ser uma importante instituição em que o indivíduo convive com situações de poder, figuração e interdependências.

Nesse sentido, as ideias elaboradas por Elias nos permitem compreender que “A interpenetração de indivíduos interdependentes forma um nível de integração na qual as formas de organização, estruturas e processos não podem ser deduzidos das características biológicas e psicológicas que constituem os indivíduos” (ELIAS, 1970, p. 50).

A importância das práticas participativas no contexto escolar insere-se nessa observação de Elias, uma vez que a existência dessas relações constitui uma exigência das novas formas de relação social. Dessa maneira, é importante considerar que a análise de Norbert Elias nos permite compreender a forma como

as transformações sociais ocorrem ao longo do tempo e perceber que determinadas condutas e instituições sociais são construções humanas e não devem ser naturalizadas.

Assim, tomamos como exemplo a questão do processo de escolarização da pessoa com deficiência. Sabemos que o próprio conceito de deficiência foi historicamente produzido, passando por momentos de maior ou menor exclusão, e que, no atual curso do processo civilizador, existe um desafio sendo posto. De maneira geral, existe uma visão de que é preciso construir uma sociedade menos excludente e que, nesse sentido, a escola acaba por ganhar um *status* significativo e talvez, disparadamente, a instituição mais cobrada e visada em sua tarefa modeladora de comportamentos.

Portanto, percebemos que há, sim, um desafio e que a escola tem buscado enfrentá-lo encarando a situação como uma possibilidade de repensar e reestruturar políticas e estratégias educativas, de maneira não apenas a criar oportunidades efetivas de acesso para os alunos, mas também a garantir condições indispensáveis de acesso e permanência para eles. Sendo assim, percebemos que a superação da exclusão escolar se encontra atrelada à necessidade de profundas transformações sociais e, desse modo, desfocamos a responsabilidade exclusiva que tem recaído sobre essa instituição.

Exatamente por isso, procuramos compreender como as ideias de Norbert Elias poderão contribuir para o entendimento dessas transformações sociais atreladas aos conceitos de exclusão que, por sua vez, são construídos historicamente pela humanidade. Quando falamos da humanidade de forma lógica e quando pensamos em discutir mecanismos para viabilizar a inclusão social ou econômica ou cultural, implicitamente estamos admitindo que já existe a lógica excludente presente nos atuais modelos de organização social, ou seja, exclusão e inclusão parecem ser facetas de uma mesma realidade, compondo um mesmo cenário.

Assim, concluímos que o contexto histórico, oriundo das transformações geradas na modernidade, alterou a visão dos sujeitos sobre o mundo e sobre si mesmos, e, conseqüentemente, as relações sociais. A escola como instituição socializadora sentiu e sente bem de perto os efeitos dessas modificações. Em face disso, surge a necessidade de reconhecer e aprender a interagir com novas formas sociais, novos e distintos formatos de relacionamento do indivíduo com o mundo.

Essa descrição encaixa-se no conceito de civilização que Elias (1990) nos traz, ou seja, diante da naturalização desse conceito, o autor defende que “[...] a ‘civilização’ que estamos acostumados a considerar como uma posse que nos chega aparentemente pronta e acabada sem que perguntemos como viemos a possuí-la é um processo que nós mesmos estamos envolvidos” (ELIAS, 1990, p. 73).

Sendo assim, as reflexões, informações e dados contidos neste texto permitem considerar a importância da família e da escola como instituições responsáveis pelo processo e pela inserção dos indivíduos no universo de padrões de normas de comportamento que, por sua vez, vêm a compor o processo civilizatório. Cabe-nos dizer, ainda, que a referida temática denota a necessidade de maiores estudos e

reflexões, com o objetivo de aproximação para um diálogo em que se considere, cada vez mais, o papel da família e da escola como essencial e complementar, entendendo que a qualidade das relações estabelecidas entre ambos influenciará diretamente no processo de escolarização das crianças.

Assim, é possível entender que a rede de ligações que se estabelecem em uma determinada sociedade ou em um determinado grupo não ocorre por acaso. Ela é o reflexo de estratégias instauradoras e mantenedoras das instituições dentro de suas relativas posições e manifestações de poder que se fazem presentes em todo processo social. Sendo assim, buscamos considerar, neste texto, que a família e a escola são estratos sociais que se relacionam, se complementam e que, assim, estabelecem interdependências que são fundamentais para o processo de escolarização dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Referências

- ANDRÉ, M. E. D. A. *Etnografia da prática escolar*. São Paulo: Papirus, 1995.
- BRANDÃO, C. F. A teoria dos processos de civilização de Norbert Elias: o controle das emoções no contexto da psicogênese e da sociogênese. 2000. *Tese* [Doutorado em Educação] Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2000.
- ELIAS, N. *O processo civilizador: formação do Estado e Civilização*. v. 2, Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1993.
- ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. v. 1, Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1990.
- ELIAS, N. La civilización de los padres. In: WEILLER, V. (Org.) *La civilización de los padres y outros ensayos*. Bogotá, Editorial Norma. 1998.
- ELIAS, N. *Elias por ele mesmo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- ELIAS, N. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2005.
- ELIAS, N. *Conocimiento y poder*. Madrid: La Piqueta, 1994.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2000.
- GATTI, B. A. *Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas*. Brasília: Líber livro, 2005.
- GOHN, M. da G. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2001.

LANDINI, T. S. A sociologia processual de Norbert Elias. *IX Congresso Internacional Processo Civilizatório – Tecnologia e Civilização*. Ponta Grossa, 2005, p. 21-32.

OLIVEIRA, T.; MENDES, C. M. M. (Org.). A prática docente como ação política: um olhar histórico. *Educere et Educare – Revista de Educação*. v. 2, n. 4, jul./dez. 2007, p. 327-340.

SANTOS, R. dos. O papel da família e da escola no processo contemporâneo de socialização primária: uma reflexão sociológica sobre representações e expectativas institucionais. *X Simpósio Internacional, Processo Civilizador*, São Paulo

Recebido em: 25/10/2015

Aceito em: 30/11/2015